



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 034. PROVA OBJETIVA

#### MÉDICO – MEDICINA DO TRABALHO (CÓD. 034)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_

## CONHECIMENTOS GERAIS

- 01.** Um trabalhador procura uma unidade de saúde com febre, mal estar e tosse produtiva. O médico responsável estabelece o diagnóstico de pneumonia, receita um antibiótico, dá outras orientações e emite um atestado de incapacidade temporária. Esse atestado deve
- (A) incluir o diagnóstico, quando expressamente autorizado pelo paciente, e especificar o tempo concedido de dispensa à atividade laboral no limite de 14 dias, além de conter a identificação, assinatura, carimbo e número de registro no Conselho Regional de Medicina do emissor.
  - (B) incluir o diagnóstico e especificar o tempo concedido de dispensa à atividade laboral, necessário para a recuperação do paciente, além de conter a identificação, assinatura e carimbo ou número de registro no Conselho Regional de Medicina do emissor.
  - (C) incluir o diagnóstico, quando expressamente autorizado pelo paciente, e especificar a incapacidade laboral, sem explicitar o tempo, que deverá ser definido pelo médico do trabalho da empresa, além de conter a identificação, assinatura, carimbo e número de registro no Conselho Regional de Medicina do emissor.
  - (D) incluir o diagnóstico, quando expressamente autorizado pelo paciente, especificar o tempo concedido de dispensa à atividade laboral, necessário para a recuperação, além de conter a identificação, assinatura e carimbo ou número de registro no Conselho Regional de Medicina do emissor.
  - (E) especificar o tempo concedido de dispensa à atividade laboral, necessário para a recuperação do paciente, e o diagnóstico, se avaliado que não comprometerá o direito à privacidade do paciente, além de conter a identificação, assinatura, carimbo e número de registro no Conselho Regional de Medicina do emissor.
- 02.** Um trabalhador sofreu queda de altura de 3 metros, quando executava uma determinada atividade em uma empresa. Desacordado, foi levado às pressas a um serviço de emergência. Teve diagnóstico de múltiplas fraturas e trauma cranioencefálico. Nessa situação, o médico do trabalho da empresa deve
- (A) notificar o caso ao SUS, no prazo de 24 horas; caso seja constatado que o ocorrido foi decorrente de falhas da empresa, registrar o ocorrido no prontuário do paciente e notificar o empregado para que proceda a emissão de CAT, no prazo de 24 horas.
  - (B) registrar o ocorrido no prontuário do trabalhador, notificar, formalmente, o empregador para que proceda à emissão de Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) e cuidar para que o caso seja notificado ao Sistema Único de Saúde (SUS).
  - (C) notificar o caso ao SUS no prazo de uma semana, independentemente do desfecho clínico, e emitir a CAT, no prazo de 24 horas.
  - (D) notificar o caso ao SUS no prazo de 24 horas, independentemente do desfecho clínico, registrar o ocorrido no prontuário do paciente e notificar o empregado para que proceda a emissão de CAT, no prazo de uma semana.
  - (E) registrar o ocorrido no prontuário do trabalhador, notificar, formalmente, o empregador para que proceda à emissão de Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) e, caso haja evolução para óbito, notificar ao SUS.
- 03.** O Conselho Municipal de Saúde de Campinas recebe uma denúncia por parte do sindicato de uma categoria, de que o ambulatório e o Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) de uma empresa não reconhecem o caráter ocupacional de uma doença altamente prevalente entre os seus trabalhadores. Assinale a alternativa que apresenta um encaminhamento legal previsto na Lei Orgânica do Município.
- (A) Encaminhamento obrigatório da denúncia a órgãos federais, referentes à Previdência e Trabalho.
  - (B) Notificação do caso ao Ministério Público para que haja averiguação da denúncia.
  - (C) Encaminhamento de solicitação à Secretaria Municipal de Saúde para averiguar a denúncia.
  - (D) Procedimentos para discussão de projeto de lei que contemple tal situação.
  - (E) Elaboração de decreto municipal contendo procedimento para tal situação.

- 04.** Em uma empresa, de 100 trabalhadores, 8 encontram-se afastados do trabalho, recebendo benefício temporário do INSS: um por câncer de estômago, dois por problema de coluna e cinco por transtornos psíquicos. Em um processo de investigação das condições de trabalho e de saúde dos trabalhadores da empresa, o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador Regional do SUS faz visitas às casas dos trabalhadores afastados do trabalho para avaliar a situação de cada um. Nesse caso, é importante que
- (A) haja um esforço do serviço de saúde em demonstrar a aqueles que têm transtornos psíquicos os efeitos positivos que um retorno ao trabalho teria para a recuperação.
  - (B) sejam propostas atividades lúdicas aos trabalhadores afastados, para que se animem e tirem o foco de suas preocupações do sofrimento causado pelo adoecimento.
  - (C) o serviço de saúde demonstre aos trabalhadores afastados do trabalho que doenças crônicas físicas costumam ser mais incapacitantes do que as psíquicas.
  - (D) se estimule a empresa a promover atividades de congraçamento entre os trabalhadores afastados e em atividade, para que os primeiros não se sintam discriminados.
  - (E) haja um cuidado para que os trabalhadores afastados não se sintam pressionados a retornarem ao trabalho.
- 05.** Um núcleo familiar, constituído de pai, mãe, dois filhos (um jovem de 15 anos e uma menina de 13 anos) está sob a responsabilidade de uma equipe de saúde da família. A equipe identifica que o jovem tem um desempenho escolar muito baixo, desânimo, chegando a ficar muito tempo dormindo. Há uma forte suspeita por parte dos familiares de que consome drogas ilícitas. A conduta adequada da equipe de saúde da família é
- (A) avaliar os papéis de cada membro do núcleo familiar, construir e compartilhar um programa terapêutico, baseado nas necessidades do jovem e da família.
  - (B) encaminhar o jovem a um psiquiatra para que se possa ter o diagnóstico correto e um tratamento medicamentoso para uma provável depressão.
  - (C) encaminhar o jovem a um centro de atenção psicossocial, omitindo a informação de que a família suspeita de que ele faça uso de drogas ilícitas, para que não perca a confiança nos familiares.
  - (D) realizar várias sessões de aulas sobre os efeitos nocivos do uso continuado de drogas ao jovem.
  - (E) procurar um serviço hospitalar onde o jovem possa ser submetido a um programa de desintoxicação.
- 06.** Há um esforço da Organização Mundial de Saúde para que se faça uso racional de medicamentos. No Brasil, o Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos
- (A) é constituído por técnicos indicados pelo Ministério da Saúde, pelo Conselho Federal de Medicina e pela indústria farmacêutica, entre outros.
  - (B) estabeleceu um Plano de Ação para 2019, contemplando quatro áreas: regulação, educação, informação e pesquisa.
  - (C) decidiu para 2019, se concentrar no esforço de fazer uma grande campanha de divulgação dos males da automedicação.
  - (D) está em fase de estruturação por todo o território nacional, por meio de subcomitês regionais que devem estruturar ações descentralizadas para o uso racional de medicamentos.
  - (E) tem caráter deliberativo e tem por finalidade orientar e propor ações, estratégias e atividades para a promoção do uso racional de medicamentos.
- 07.** Segundo o Decreto Municipal de Campinas nº 15.514/06, é vedado ao servidor em estágio probatório
- (A) solicitar que sejam feitas as avaliações nos prazos definidos, devendo aguardar sua chefia tomar a iniciativa.
  - (B) ter ciência da avaliação feita periodicamente, a não ser que alguma delas seja desfavorável.
  - (C) a cessão funcional, a não ser que seja sem ônus para o Município.
  - (D) a licença para estudo ou missão de qualquer natureza, entre outros.
  - (E) a alteração de lotação, mesmo que a administração considere como caso de relevante interesse público.
- 08.** O artigo 37 da Constituição Federal
- (A) garante a servidor público civil o direito à livre associação sindical.
  - (B) define o prazo de validade do concurso público para servidores municipais que é de três anos, sem possibilidade de prorrogação.
  - (C) garante o direito de greve irrestritamente.
  - (D) determina que os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário são definidos independentemente aos do Poder Executivo.
  - (E) veda a possibilidade de acumulação remunerada de cargos públicos, mesmo quando houver compatibilidade de horários.

09. Na atenção básica, é previsto que a consulta de rastreamento de diabetes *mellitus* para a população-alvo definida pelo serviço de saúde
- (A) seja feita pelo médico clínico e abranja, entre outros procedimentos, solicitar exames bioquímicos, entre os quais glicemia de jejum, hemoglobina glicada, ureia e creatinina, enzimas hepáticas.
  - (B) seja feita pelo enfermeiro e abranja, entre outros procedimentos, identificar os fatores de risco para diabetes *mellitus*, avaliar as condições de saúde, solicitar os exames laboratoriais e definir a conduta terapêutica.
  - (C) seja feita pelo enfermeiro e abranja, entre outros procedimentos, conhecer a história pregressa da pessoa, realizar o exame físico, incluindo a verificação de pressão arterial, os dados antropométricos, o cálculo do índice de massa corporal e a ausculta cardiopulmonar.
  - (D) seja feita por um agente comunitário de saúde e consista em uma primeira abordagem com o intuito de identificar os fatores de risco, dentre os quais a idade, o peso e os antecedentes familiares.
  - (E) seja feita por um endocrinologista preferencialmente, capaz de identificar os exames bioquímicos e de imagem necessários a cada caso, já que é frequente a associação de hipertensão arterial.
10. A convenção 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário há mais de 25 anos,
- (A) obriga a existência de organizações de trabalhadores por local de trabalho e de comissões internas de prevenção de acidentes de trabalho.
  - (B) considera o termo “trabalhadores” como sendo aquelas pessoas empregadas, incluindo os funcionários públicos e excluindo os terceirizados.
  - (C) prevê a formulação de uma política nacional que tenha como objetivo prevenir os acidentes e os danos à saúde que tenham relação com a atividade de trabalho ou que se apresentem durante o trabalho.
  - (D) considera a expressão “local de trabalho” como sendo todos os lugares onde os trabalhadores devem permanecer ou onde têm que comparecer, desde que estejam sob o controle direto do empregador.
  - (E) determina as funções e responsabilidade, em matéria de segurança e saúde dos trabalhadores e meio ambiente de trabalho, das autoridades públicas, dos empregadores e dos trabalhadores, destacando-se o processo de informação e educação.
11. A Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), publicada por meio do Decreto nº 7.602, de 7 de novembro de 2011, definiu, entre outras questões, as responsabilidades governamentais no âmbito da PNSST. Ao então Ministério do Trabalho e Emprego, coube, entre outras responsabilidades,
- (A) a elaboração de atividades educativas em todo o território nacional para que a conscientização dos empregadores e dos trabalhadores se ampliasse e ações preventivas comuns pudessem ser desenvolvidas.
  - (B) a formulação e a proposição das resoluções comuns entre as pastas do Trabalho, Saúde e Previdência Social, referentes à segurança e saúde do trabalhador.
  - (C) a execução de atividades de inspeção dos ambientes de trabalho e respectivas condições de trabalho, podendo terceirizar essa atividade, desde que aprovada em comissão tripartite.
  - (D) a elaboração e a revisão, em âmbito interno do governo federal, das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho.
  - (E) a formulação e a proposição de diretrizes da inspeção do trabalho, bem como a supervisão e a coordenação da execução das atividades relacionadas à inspeção dos ambientes de trabalho e respectivas condições de trabalho.
12. A PNSST definiu para Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO atribuições, entre as quais,
- (A) contribuir com órgãos públicos e empresariais para proteção e promoção da saúde do trabalhador, incluindo assessorias a empresas em busca de soluções para situações de trabalho que potencialmente ofereçam risco e de ocorrência de acidentes e doenças.
  - (B) elaborar estudos e pesquisas pertinentes aos problemas que afetam a segurança e saúde do trabalhador e difundir informações que contribuam para a proteção e promoção da saúde do trabalhador.
  - (C) elaborar estudos e pesquisas pertinentes à promoção de saúde e prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, excluindo os aspectos que se referem às consequências desses eventos pertinentes à Saúde e à Previdência Social.
  - (D) contribuir com órgãos públicos e entidades civis para a proteção da saúde do trabalhador, incluindo a revisão e formulação de regulamentos, com o objetivo de adaptar as normas de segurança e saúde no trabalho de forma a não inviabilizar o funcionamento das empresas.
  - (E) planejar e desenvolver ações interinstitucionais que promovam o diálogo entre os diferentes segmentos sociais interessados na segurança e saúde do trabalhador, elegendo as empresas que se destacam em medidas preventivas para premiá-las.

- 13.** A NR3 refere-se a embargo e interdição de situações de trabalho. O embargo e interdição são medidas
- (A) que devem ser realizadas após acurado estudo interinstitucional de situações de trabalho, desde que elas ofereçam risco à segurança e à saúde do trabalhador.
  - (B) que devem ser adotadas a partir da constatação de situação de trabalho que caracterize risco grave e iminente ao trabalhador e só podem ser revertidas após consentimento judicial.
  - (C) que devem ser tomadas apenas em caso de urgência e com muito cuidado, pois, durante o período de vigência do embargo e interdição, os trabalhadores recebem apenas parte do salário.
  - (D) que implicam paralisação total do estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento, que só pode ser revertida por ordem judicial.
  - (E) previstas para condições ou situações de trabalho que possam causar acidente ou doença relacionada ao trabalho com lesão grave à integridade física do trabalhador.
- 14.** No encerramento de sua 108ª Conferência, no dia 21 de junho do corrente ano, a OIT aprovou uma convenção contra a violência e o assédio nos locais de trabalho. Essa convenção
- (A) entrará em vigor 12 meses após ser ratificada por dois Estados-membros.
  - (B) tem força de lei imediata nos países-membros da OIT.
  - (C) passará a valer 3 meses após sua aprovação.
  - (D) deve ser novamente aprovada pela OIT após consulta aos países-membros.
  - (E) tem força de sugestão nos países-membros da OIT.
- 15.** Assinale a alternativa que contenha uma característica da NR 17.
- (A) A determinação de procedimentos específicos para a prevenção de doenças musculoesqueléticas.
  - (B) O pressuposto de que o peso máximo no transporte manual de cargas é o mesmo para homens e mulheres.
  - (C) A premissa de que a organização do trabalho só é passível de ser modificada por iniciativa da empresa.
  - (D) A inclusão da organização do trabalho dentro do que se entende por condições de trabalho e sujeita à atuação.
  - (E) A introdução da obrigatoriedade da realização de laudos ergonômicos para todas as empresas.
- 16.** Segundo a NR 17, nas atividades que exijam sobrecarga muscular estática ou dinâmica do pescoço, ombros, dorso e membros superiores e inferiores, e a partir da análise ergonômica do trabalho,
- (A) após afastamento do trabalho por 15 dias ou mais, o retorno do trabalhador deve ser gradativo, caso se trate de um acidente de trabalho.
  - (B) os movimentos devem ser rigorosamente contados e limitados a uma quantia definida pela empresa.
  - (C) devem ser incluídas pausas para descanso.
  - (D) todos os trabalhadores devem ter direito a, pelo menos, 5 sessões de fisioterapia por semestre.
  - (E) para efeitos de remuneração, deve ser vetada qualquer possibilidade de participação do trabalhador em lucros e resultados da empresa.
- 17.** Reconhecendo que as violências e os acidentes exercem grande impacto social e econômico, sobretudo no setor saúde, o Ministério da Saúde implantou o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), que
- (A) considera as formas de violência que ameaçam a integridade física e não incluem as violências psicológicas ou tentativas de suicídio.
  - (B) inclui como porta de entrada qualquer unidade de saúde e determina como as formas de violência devem ser comprovadas pelas equipes de saúde.
  - (C) determina como porta de entrada somente as unidades-sentinela de urgência e emergência.
  - (D) consiste em inquérito domiciliar por telefone, para verificar casos novos de violência doméstica.
  - (E) inclui a notificação imediata de violência doméstica, violência sexual, tentativa de suicídio e/ou outras formas de violência ao Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN).
- 18.** O Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Para fins de sua implementação,
- (A) deve-se considerar a articulação entre o conhecimento técnico e os saberes, experiências e subjetividade dos trabalhadores e destes com as respectivas práticas institucionais.
  - (B) considera-se trabalhador todo aquele que se encontra submetido a uma relação de trabalho, desde que tenha mais de 16 anos.
  - (C) deve-se definir os limites das ações da vigilância epidemiológica, da vigilância sanitária e da vigilância em saúde do trabalhador.
  - (D) está prevista a ampliação das atividades educacionais destinadas às empresas para que compreendam a importância de se ter programas de prevenção de acidentes e doenças.
  - (E) está prevista a definição das ações institucionais do SUS e da auditoria fiscal do trabalho.

19. Uma equipe da Saúde da Família identifica em seu território, trabalho domiciliar de confecção de peças de vestuário, feito por mulheres que instalam as máquinas nos locais onde há um espaço em suas casas. Crianças caminham pelas peças de roupas e se expõem a poeiras dos tecidos e a risco de acidentes, além de dormirem e comerem nos locais onde suas mães trabalham, em condições higiênicas precárias. Essa situação

- (A) deve, necessariamente, contar com médicos, particularmente pediatras e pneumologistas, além de psicólogos para que se possa pensar em um plano de acompanhamento da saúde dos envolvidos.
- (B) deve ser imediatamente notificada ao Ministério Público do Trabalho, única instância com poder legal para tomar as providências necessárias.
- (C) exige a discussão da equipe para que se definam estratégias, pois se trata de um problema complexo que envolve a saúde e a sobrevivência de famílias.
- (D) exige, acima de tudo, avaliações médicas periódicas das mulheres e, principalmente, das crianças até 10 anos.
- (E) exige a imediata comunicação à auditoria fiscal do trabalho, para que tome providências em relação a uma situação flagrantemente irregular.

20. A Resolução CREMESP nº 122 dispõe sobre a realização de perícia médica. Segundo essa resolução, é vedado ao médico

- (A) de qualquer especialidade atuar como perito em face de servidores da mesma instituição e mesmo local de trabalho em qualquer circunstância.
- (B) do trabalho de empresa/instituição atuar como perito ou assistente técnico em processo/procedimento judicial ou administrativo envolvendo empregado/funcionário ou ex-empregado/funcionário da mesma empresa.
- (C) na função de perito ou assistente técnico, examinar e copiar a documentação médica do periciando.
- (D) ser perito em processo/procedimento judicial ou administrativo envolvendo seu paciente, ou ex-paciente, podendo ser assistente técnico.
- (E) na função de perito divulgar suas observações, conclusões ou recomendações, fora do procedimento ou processo administrativo, a não ser nos casos de solicitação de uma das partes.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Assinale a alternativa correta, com base na Norma Regulamentadora – NR 4, Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT.

- (A) Os SESMT deverão ser chefiados por profissional qualificado, segundo os requisitos especificados nesta Norma.
- (B) Estão desobrigados de mantê-los, os órgãos públicos do poder judiciário que possuam até 2500 empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
- (C) O dimensionamento desses serviços é determinado exclusivamente pela gradação do risco da atividade principal da empresa.
- (D) O técnico de segurança do trabalho deverá dedicar 6 (seis) horas por dia para as atividades do SESMT.
- (E) Entre os profissionais que integram esses serviços, um deve ser especializado em Fonoaudiologia, conforme consta no Quadro de dimensionamento dos SESMT.

22. Em relação à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, consoante o texto da NR-5, afirma-se que

- (A) o treinamento da CIPA em primeiro mandato será realizado no prazo máximo de 10 dias a partir da data da posse.
- (B) a metodologia de investigação e análise de acidentes e doenças do trabalho deve estar contemplada no treinamento.
- (C) no programa de treinamento, incluem-se noções sobre direção defensiva e segurança viária.
- (D) o treinamento para os seus membros tem carga horária de 36 horas, distribuídas em, no máximo, seis horas diárias.
- (E) o treinamento não poderá ser ministrado por entidade patronal, mas sim por entidade de trabalhadores.

23. Consta na NR-6, a respeito dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, que

- (A) para a proteção das mãos, o creme protetor atua contra agentes químicos e contra agentes abrasivos e escoriantes.
- (B) o capuz de segurança é para a proteção do crânio contra impacto de objetos.
- (C) para a proteção das vias respiratórias, existem respiradores purificadores de ar contra poeiras e névoas, mas não contra fumos.
- (D) o capuz de segurança para a proteção do crânio e pescoço tem, entre outras, a finalidade de proteger contra riscos de origem térmica.
- (E) para a proteção dos olhos e da face, a máscara de solda de segurança protege contra a radiação ultravioleta, mas não contra a radiação infravermelha.

- 24.** Assinale a alternativa correta com relação a um Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, tendo como referência a NR-7.
- (A) O exame audiométrico será executado por qualquer profissional da área da saúde, considerado profissional habilitado.
  - (B) Um trabalhador exposto a aerodispersóides fibrogênicos deverá realizar teleradiografia de tórax, bianualmente, após o admissional.
  - (C) O intervalo entre os exames audiométricos poderá ser reduzido, mediante negociação coletiva de trabalho.
  - (D) Nenhum exame complementar de imagem é obrigatório no exame admissional para um trabalhador que irá atuar sob condições hiperbáricas.
  - (E) Recomenda-se a dosagem do ácido hipúrico no sangue para os trabalhadores expostos ao tolueno.
- 25.** O Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, descrito na NR-9, prevê
- (A) treinamento para os trabalhadores sobre o uso de EPI, com carga horária de 8 horas.
  - (B) um documento-base, que deve ser apresentado e aprovado pela CIPA e referendado pelo sindicato patronal.
  - (C) que a implantação das medidas de proteção coletiva é obrigatória para a obtenção do alvará de funcionamento da empresa.
  - (D) que, quando não forem identificados riscos ambientais nas fases de antecipação ou reconhecimento, é desnecessária a elaboração do documento-base.
  - (E) o estabelecimento de critérios e mecanismos de avaliação da eficácia das medidas de proteção implantadas, considerando os dados obtidos nas avaliações realizadas e no controle médico da saúde previsto na NR-7.
- 26.** Conforme determinação da NR-15,
- (A) na avaliação do Limite de Tolerância – L.T., para a exposição ao calor, em regime de trabalho intermitente com descanso no próprio local de trabalho, esses períodos de descanso serão considerados tempo de serviço, para todos os efeitos legais.
  - (B) o exercício do trabalho em condições de insalubridade em grau máximo assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 50% sobre o salário-mínimo da região.
  - (C) é considerada atividade insalubre aquela realizada em ambiente com nível de ruído de 90 dB(A), em uma exposição máxima diária de 2 horas.
  - (D) o Limite de Tolerância – L.T. para ruído de impacto é de 100 dB (linear).
  - (E) é considerado insalubre o trabalho realizado em ambientes com nível de iluminação inadequado.
- 27.** A Organização do Trabalho, para efeito da NR-17 Ergonomia, deve levar em consideração, no mínimo,
- (A) a distribuição equitativa das tarefas por trabalhador.
  - (B) as metas de produção.
  - (C) o modo operatório.
  - (D) as características antropométricas dos trabalhadores.
  - (E) o número de trabalhadores exigidos para a realização de cada tarefa.
- 28.** A Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde, com base na NR-32, determina que
- (A) o PPRA deve ser reavaliado a cada 6 meses.
  - (B) o uso de luvas substitui o processo de lavagem das mãos.
  - (C) a Comunicação do Acidente de Trabalho – CAT só deverá ser emitida nos casos de acidente com agente biológico, quando houver afastamento do trabalhador.
  - (D) o empregador deve vedar o uso de adornos nos postos de trabalho.
  - (E) o empregador deve assegurar capacitação aos trabalhadores de forma continuada, em horário que não interfira na jornada de trabalho.
- 29.** Assinale a alternativa que está de acordo com o texto da NR-35, Trabalho em altura.
- (A) Trabalho em altura é toda atividade executada acima de 3,0 (três) metros do nível inferior, onde haja risco de queda.
  - (B) Considera-se trabalhador capacitado para trabalho em altura, aquele que foi submetido a treinamento teórico com carga horária mínima de 20 horas e aprovado nos testes práticos.
  - (C) Todo trabalho em altura deve ser realizado, no mínimo, por dois trabalhadores, conforme a AR.
  - (D) Uma cópia do certificado do trabalhador capacitado deve ser enviada à Superintendência Regional do Trabalho da jurisdição da empresa.
  - (E) Cabe ao empregador assegurar a realização da Análise de Risco – AR.
- 30.** Para o correto preenchimento dos dados solicitados na confecção do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, conforme Instrução Normativa nº 85/INSS de 18.02.2016, são necessárias informações que envolvem as Normas Regulamentadoras
- (A) 4, 5 e 6.
  - (B) 6, 7 e 9.
  - (C) 4, 7 e 8.
  - (D) 6, 8 e 10.
  - (E) 9, 15 e 17.

31. Um trabalhador que laborava como manobrista em um estacionamento no 3º subsolo de um edifício comercial apresentou um quadro de infarto agudo do miocárdio. Na investigação, entre outras causas, foi aventada, como fator contributivo, a exposição ocupacional
- (A) ao ruído.
  - (B) a vibrações.
  - (C) ao amianto.
  - (D) ao breu.
  - (E) ao monóxido de carbono.
32. Um quadro de hipotireoidismo pode ter como agente etiológico a exposição ocupacional
- (A) ao fósforo.
  - (B) aos tiocianatos.
  - (C) ao óxido de etileno.
  - (D) à amônia.
  - (E) ao manganês.
33. Considerando a histoplasmose em suas diversas formas clínicas, afirma-se corretamente que
- (A) é uma infecção adquirida pela inalação de um fungo.
  - (B) ela é transmitida de pessoa para pessoa.
  - (C) existe contágio direto dos animais para o homem.
  - (D) tem como agente etiológico o *Cryptococcus neoformans*.
  - (E) é uma doença de notificação compulsória nacional.
34. Com relação às doenças infecciosas relacionadas ao trabalho, assinale a alternativa que apresenta aquela que é comum, geralmente em acidentes de trabalho, para os que laboram na agricultura, na construção civil e na coleta de lixo.
- (A) Brucelose.
  - (B) Psitacose.
  - (C) Tétano.
  - (D) Hepatite B.
  - (E) Leishmaniose.
35. Os tumores malignos das fossas nasais e/ou dos seios paranasais tem etiologia multicausal e com fatores de risco ocupacionais, entre esses, cita-se a exposição
- (A) ao cânhamo.
  - (B) à sílica livre.
  - (C) ao sulfeto de carbono.
  - (D) a poeiras de madeira.
  - (E) ao sulfeto de hidrogênio.
36. No Decreto nº 3.048/99, o *caput* do artigo de nº 337 determina: o acidente do trabalho será caracterizado tecnicamente pela perícia médica do INSS, mediante a identificação donexo entre o trabalho e o agravo. Assinale a alternativa que está de acordo com esse artigo e seus parágrafos.
- (A) O direito do segurado à habilitação do benefício acidentário poderá, além da Previdência Social, ser reconhecido, legalmente, pelo empregador e/ou pelo sindicato da categoria a que está inscrito.
  - (B) O acidente sofrido pelo acidentado, enquanto estiver sob a responsabilidade da reabilitação profissional, não será, sob nenhuma condição, reconhecido pela Previdência Social.
  - (C) Uma condição básica para a caracterização do nexo, além da associação entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade, é o tempo de contribuição, que deverá, hipoteticamente, ser suficiente para absorver o ônus previdenciário.
  - (D) Considera-se agravo, a lesão, doenças, transtorno de saúde, distúrbio, disfunção ou síndrome de evolução aguda, subaguda ou crônica, de natureza clínica ou subclínica, inclusive morte, independentemente do tempo de latência.
  - (E) Não haverá incidência do fator previdenciário, mesmo após reconhecimento do nexo, quando a condição descrita for pré-existente à data de inscrição na Previdência Social.
37. O segurado em gozo de auxílio-doença, insuscetível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade
- (A) cuja readaptação preventiva é de competência do médico do trabalho da empresa e não de responsabilidade do INSS.
  - (B) cuja indicação é prerrogativa do empregador, cessando automaticamente o benefício do auxílio-doença assim que iniciada.
  - (C) que, para ser disponibilizada, deverá ser referendada pela Secretaria de Relações do Trabalho.
  - (D) previamente indicada pelos peritos que, depois de aprovada e iniciada, será acompanhada pela perícia médica durante 6 meses após a alta do auxílio-doença.
  - (E) a ser testada, obrigatoriamente, após a anuência do empregador, por período igual ou superior a seis meses.

- 38.** A volatilidade, uma propriedade das substâncias líquidas, é um importante fator de risco para a exposição no ambiente de trabalho. Com relação a essa propriedade, pode-se afirmar corretamente que
- (A) só tem valor quando a substância líquida atinge seu ponto de fusão.
  - (B) é medida utilizando-se como instrumento um anemômetro.
  - (C) quanto maior for a pressão de vapor do líquido, em temperatura ambiente, maior é a sua tendência à evaporação.
  - (D) necessita, para produzir dano ao sistema respiratório, de uma concentração de oxigênio no ambiente de trabalho inferior a vinte e três por cento.
  - (E) terá impacto apenas nos ambientes de trabalho cuja dimensão física não ultrapasse os três metros quadrados.
- 39.** O benzeno e o mercúrio metálico, durante a exposição ocupacional, têm em comum a capacidade
- (A) de ser inalados e produzir ação tecidual principalmente nos alvéolos superiores.
  - (B) de absorção através da pele.
  - (C) para, uma vez absorvidos, por qualquer via, ser transportados e depositados diretamente no fígado, onde serão submetidos à rápida metabolização enzimática.
  - (D) de produzir hemólises por substituição do heme.
  - (E) para provocar, como dano principal, alteração no aparelho respiratório.
- 40.** Durante as atividades de trabalho, um importante fator a ser analisado na determinação da fadiga muscular é a postura estática do trabalhador que
- (A) só ocorre na posição em pé, com esforço.
  - (B) não ocorrerá nas posições em pé e sentada, se for treinado o equilíbrio dinâmico e utilizada uma cadeira sem encosto.
  - (C) só ocorre na posição sentada, sem esforço.
  - (D) merecerá atenção quando forem frequentes as atividades de flexão do tronco sobre a bacia.
  - (E) pode ocorrer tanto na posição sentada quanto em pé.
- 41.** No que diz respeito aos exames complementares durante a investigação de LER/DORT, assinale a alternativa que indica, entre os pressupostos apresentados, aquele que está de acordo com o protocolo do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde.
- (A) As alterações de graus I e II, identificadas nos exames complementares, podem ser ignoradas se a queixa clínica for pouco relevante, cujo início ocorreu há, no máximo, três meses.
  - (B) A ultrassonografia é o exame padrão ouro para o diagnóstico diferencial com as doenças musculoesqueléticas de origem metabólica (hipotireoidismo e hiperparatireoidismo).
  - (C) A ausência de alterações nos exames complementares descarta a existência de sintomas incapacitantes.
  - (D) A ressonância magnética é pouco eficiente na avaliação de estruturas intra-articulares e deve, nesses casos, ser substituída pela ultrassonografia.
  - (E) Só se deve solicitar exames complementares se houver uma hipótese diagnóstica.
- 42.** Considere as seguintes situações identificadas em um ambiente de trabalho: falta de clareza na definição das funções; excesso de faltas; exigências contraditórias; assédio (psicológico ou sexual); índice elevado de afastamentos provenientes de doenças laborais; e carga de trabalho excessiva.
- Assinale entre as alternativas, aquela que, corretamente, informa quantas dessas situações citadas, podem ser consideradas como fator de risco psicossocial.
- (A) 2.
  - (B) 4.
  - (C) 3.
  - (D) 5.
  - (E) 6.

- 43.** A OIT, em publicação que aborda a gestão das questões relacionadas ao álcool e drogas no local de trabalho, orienta a tomada de decisões, propondo diretrizes que considera essenciais, entre as quais, cita:
- (A) a necessidade de aplicação, pelo empregador, de restrições ou proibições idênticas ao álcool e às drogas, em níveis diferenciados para os cargos e as funções da empresa, evitando possíveis constrangimentos.
  - (B) a disposição para sempre considerar o consumo como um problema de saúde, discriminando e individualizando os envolvidos, para alcançar os resultados desejados.
  - (C) o esforço para dispensar o caráter confidencial de toda informação relacionada ao consumo dessas substâncias, por ser um programa com abrangência para toda a comunidade.
  - (D) a implantação de políticas e programas que visem a prevenção, a redução e o tratamento desse tipo de problema.
  - (E) a opção pela dispensa, por justa causa, para os trabalhadores cuja conduta profissional seja imprópria e com consequências.
- 44.** De acordo com a legislação previdenciária, que caracteriza os seus segurados obrigatórios, deve ser considerado como segurado “empregado”, o trabalhador
- (A) que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, seja em caráter eventual ou permanente.
  - (B) que presta serviço de natureza contínua ou eventual à família, no âmbito residencial desta, em atividades com ou sem fins lucrativos.
  - (C) contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica.
  - (D) que exerce, por conta própria, ou associado a terceiros, atividade econômica de natureza urbana, com ou sem fins lucrativos.
  - (E) que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada, adquirindo o direito à duplicação de todos os seus benefícios.
- 45.** De acordo com o que prevê o texto do Instituto de Previdência Social do Município de Campinas – CAMPREV, fica claro que
- (A) o servidor que já se filiou portando lesão ou doença não terá direito à aposentadoria por invalidez em nenhuma circunstância.
  - (B) no exame para concessão da aposentadoria por invalidez, é vedada a presença de médico acompanhante do servidor.
  - (C) os proventos serão sempre integrais, mesmo nas aposentadorias por invalidez não decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave.
  - (D) a aposentadoria por invalidez será ordinariamente precedida de auxílio-doença.
  - (E) o aposentado por invalidez não terá cessada sua aposentadoria mesmo que ocorra a recuperação de sua capacidade de trabalho.
- 46.** A Quebra do sigilo, segundo o Conselho Regional de Medicina-SP, é uma situação em que o médico é dispensado do dever de sigilo profissional. Isso pode ocorrer em três situações bem definidas: “autorização expressa do paciente”, “justa causa” ou “dever legal”. Sobre o dever legal, pode-se afirmar corretamente que
- (A) um bom exemplo dessa situação é o dever de informar sobre doenças infectocontagiosas de notificação compulsória, por motivos de preservação da saúde pública.
  - (B) é um dever previsto em norma jurídica, mas que depende da vontade do paciente.
  - (C) nos crimes de ação pública incondicionada (furto, receptação, homicídio, aborto, peculato, etc.), cujo conhecimento teve no exercício da atividade, o médico só está desobrigado de comunicar às autoridades policiais o aborto.
  - (D) segundo a lei das Contravenções Penais, o sigilo profissional não se aplica aos médicos em geral.
  - (E) a única especialidade médica dispensada do sigilo profissional é o médico perito.
- 47.** No protocolo de farmacovigilância da Secretaria Municipal de Saúde de Campinas, consta a notificação da Reação Adversa a Medicamentos (RAM), definida como um efeito nocivo ou não desejado de um medicamento. Contudo, na análise da sua causalidade, para efeito estatístico, essa notificação só será considerada
- (A) se o evento ocorreu por falhas na qualidade do medicamento.
  - (B) se houve prática de conduta clínica considerada imprópria.
  - (C) quando se verificar que a dose empregada, determinante do efeito nocivo, foi intencional.
  - (D) se a ocorrência resultou de imperícia ou falha na administração.
  - (E) quando decorrer de doses usualmente empregadas para tratamento, profilaxia ou diagnóstico de uma enfermidade.
- 48.** Durante a investigação epidemiológica de casos, de acordo com o Guia de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, pode-se recorrer ao processo de busca ativa, que tem como uma de suas finalidades
- (A) descobrir a fonte e a causa que lhes deu origem.
  - (B) impedir a procura e sobrecarga do serviço de saúde por pessoas mal informadas.
  - (C) determinar a magnitude e a extensão do evento.
  - (D) definir a época em que ocorreram (estação do ano).
  - (E) desenvolver uma pesquisa bibliográfica para identificar situações semelhantes.

49. Na preparação para o consumo humano, entre as características da água que podem comprometer a eficiência de sua desinfecção, cita-se o teor de turbidez, que é uma característica
- (A) radioativa e revela a presença de material ionizado.
  - (B) física e indica a presença de material particulado e coloidal.
  - (C) biológica e identifica a concentração do agente patogênico de maior prevalência.
  - (D) química e traduz o grau de acidez ou alcalinidade.
  - (E) química e mede o teor de oxigênio presente.
50. Assinale a alternativa que, corretamente, relaciona-se com um programa de promoção da saúde.
- (A) A sensibilidade é uma importante qualidade durante um teste de rastreamento porque identifica rapidamente os falsos negativos.
  - (B) A contemplação é o período no qual o indivíduo não considera a possibilidade de mudança em futuro próximo.
  - (C) O estilo de vida de cada um é o fator de influência mais controlável da saúde.
  - (D) Dá-se o nome de sobrediagnóstico à situação em que se identificam, no rastreamento, duas doenças semelhantes, concomitantemente.
  - (E) Durante o aconselhamento, na utilização do modelo PANPA, a letra N tem o significado de “não negociar”.

